



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**TERMO DE CONTRATO Nº 31/2020**

Contrato de Prestação de Serviços nº **31/2020** que entre si fazem a **UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE** e a empresa **GEOPROCSUL ENGENHARIA E GEOPROCESSAMENTO EIRELI**.

A **UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**, autarquia federal, vinculada ao ministério da educação, com sede na rua miguel de frias nº 09, icaraí, niterói, estado do rio de janeiro, doravante denominada contratante, inscrita no cnpj/mf sob o nº 28.523.215/0001-06, neste ato representado pelo seu magnífico reitor, professor **Sr. ANTONIO CLÁUDIO LUCAS DA NÓBREGA**, nomeado por decreto presidencial publicado no dou, nº 223, de 21/11/2018, portador da cédula de identidade nº 047412036, expedida pelo IFP, e inscrito no CIC sob o nº 808987697-8, e a empresa **GEOPROCSUL ENGENHARIA E GEOPROCESSAMENTO EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF nº 18.827.594/0001-74, sediada na rua Henrique Lage nº234, PVTO 3, Centro, na cidade de Criciúma, estado de Santa Catarina -SC, CEP :88801-010, representada neste ato pelo **Sr. ALISSON MELO MONTEIRO**, portador da cédula de identidade nº7086883985, expedida pelo SJS/SC, e inscrito no CPF/MF sob o nº 014.271.380-52, conforme poderes expressos constantes do **Processo SEI n.º 23069.020.367/2019-79**, doravante denominada Contratada, resolvem celebrar o presente Contrato, resultante da licitação efetuada através do **Edital de RDC Eletrônico n.º 01/2020/AD**, instrumento este regido nos termos da Lei Federal nº 8666/93, de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 e posteriores alterações, regulada- mentada pelo Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011, da Lei Complementar nº 123,

de 14 de dezembro de 2006, da Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, e às disposições estabelecidas naquele edital e nas complementações a ele integradas, aos termos da proposta vencedora e sob as seguintes cláusulas:

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a prestação, pelo regime de empreitada por preço unitário, de serviços de engenharia para fornecimento de material e mão de obra (empreitada por preço unitário) destinado à realização de serviços de levantamento topográfico, planialtimétrico, cadastral, cartorial e georreferenciamento nos Campi do Gragoatá, da Praia Vermelha, do Mequinho e do Núcleo de Documentação em Charitas, em Niterói e do Instituto de Saúde de Nova Friburgo da Universidade Federal Fluminense (UFF).

1.2 - Localização dos serviços:

1.2.1 - Campus do Gragoatá, Rua Alexandre Moura, 8 - São Domingos, Niterói-RJ;

1.2.2 - Campus Mequinho, Avenida Jansen de Mello, 174, Centro, Niterói-RJ;

1.2.3 - Campus da Praia Vermelha, Rua Passo da Pátria, 156, São Domingos, Niterói-RJ;

1.2.4 - Arquivo Geral do Núcleo de Documentação (NDC), Avenida Carlos Ermelindo Marins, 115-A – Charitas, Niterói-RJ;

1.2.5 - Instituto de Saúde de Nova Friburgo, Rua Silvio Henrique Braune, 22 - Centro, Nova Friburgo – RJ.

1.3 - Os serviços serão executados conforme especificações e condições contidas no **Edital de RDC Eletrônico n.º 01/2020/AD** e seus anexos, que passam a fazer parte integrante deste, independentemente de transcrição.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR DO CONTRATO

2.1- Para a execução dos serviços contratados fica ajustado o preço global de **R\$ 171.909,29 (cento e setenta e um mil, novecentos e nove reais e vinte nove centavos)**, conforme Proposta Comercial apresentada nas condições do Edital de RDC Eletrônico n.º 01/2020/AD..

2.2 -A forma de execução dos serviços é indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme a planilha de orçamento, constante no Anexo A, e o cronograma físico financeiro, constante nos Anexos (B, C, D, E e F), propostos pela Contratada e que fazem parte integrante deste Contrato.

2.3- As despesas decorrentes da execução dos serviços, objeto deste Contrato, correrão por conta dos recursos da fonte 8144 ,PTRES 189274, no elemento de despesa 339039, cujo comprometimento foi feito através da Nota de Empenho nº 2020NE801175, da qual, uma cópia é entregue à *Contratada* neste ato.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZOS

3.1 - O prazo de **vigência do Contrato**, referente aos serviços objetos deste Contrato, será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da sua publicação no Diário Oficial da União.

3.2 - O prazo de execução dos serviços de que trata o presente contrato, será conforme previsão no Anexo III do Edital (Cronogramas) a contar da data do recebimento da Ordem de Início dos Ser- viços (OS), conforme consta na Carta Proposta da *Contratada*.

3.3 - O contrato poderá ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, a critério único e exclusivo da *Contratante*, não podendo exceder em sua totalidade o prazo de 60 meses.

3.4 - A Ordem de Início dos Serviços (OS) será emitida pela Diretoria de Engenharia/Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura da Superintendência de Arquitetura e Engenharia e Patrimônio/SAEP.

3.5 - A Fiscalização comunicará formalmente à Contratada, na data da emissão da OS e essa terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, para recebê-la, findo os quais, será aplicada a multa prevista na cláusula de Penalidades deste Contrato.

3.6 - A *Contratada* obrigará-se a iniciar os serviços adjudicados, a partir da data do recebimento da respectiva Ordem de Serviço,

3.7 - Não será admitida prorrogação de prazo ou retardamento na execução do objeto deste Contra- to por fornecimento deficiente de materiais e/ou peças, a não ser por caso fortuito e alheio a sua vontade, devidamente justificada perante a **Fiscalização**.

### 4. CLÁUSULA QUARTA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

4.1 - A Contratada apresentará garantia de execução dos serviços ora contratados, nas condições estipuladas no Termo de Referência.

### 5. CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - As obrigações de responsabilidade legal, administrativa e técnica da Contratada, estão previstas no Termo de Referência.

### 6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 – As obrigações da Contratante são as estipuladas no Termo de Referência.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO**

7.1 - Os serviços, objeto deste Contrato, serão pagos na medida em que os mesmos sejam efetivamente executados e de acordo com as condições previstas no Termo de Referência.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO**

8.1 - As condições de reajustamento dos valores contratados, são as previstas no Termo de Referência.

## **9. CLÁUSULA NONA – SUSTAÇÃO DE PAGAMENTOS**

9.1 - A *Contratante* poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, por:

9.1.1 - execução defeituosa dos serviços;

9.1.2 - paralisação dos serviços por mais de 24 (vinte e quatro) horas, por culpa exclusiva da *Contratada*;

9.1.3 - existência de débitos para com terceiros, inclusive das obrigações trabalhistas, relacionados com os serviços ora contratados, e que possam por em riscos seu bom andamento ou causar prejuízos materiais, financeiro ou moral à *Contratante*.

9.1.4 - existência de qualquer débito exigível pela *Contratante*.

9.1.5 - divergência entre a Fatura ou Nota Fiscal com a Planilha de controle Físico e Financeiro.

9.1.6 – a não apresentação das guias de recolhimento de INSS e FGTS do respectivo mês de competência do pessoal contratado pela *Contratante*, para execução dos serviços.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO**

10.1 A Fiscalização da execução dos serviços será de competência e responsabilidade exclusiva da *Contratante* e será exercida, conforme condições previstas no Termo de Referência.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

11.1 - O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da Contratante, e de acordo com as condições constantes do Termo de Referência.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RECEBIMENTO DO OBJETO**

12.1 Executados os serviços, os mesmos serão recebidos, de acordo com as condições previstas no Termo de Referência.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PENALIDADES**

13.1 – As penalidades ou sanções administrativas, serão aplicadas de acordo com as condições previstas no Termo de Referência.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RECURSOS**

14.1 A *CONTRATANTE* poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, por:

14.1.1 Pedido de reconsideração, em 05 (cinco) dias úteis, contados da ciência da decisão;

14.1.2 - Recurso para a autoridade imediatamente superior, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da ciência do indeferimento do pedido de reconsideração;

14.2 - As razões dos recursos deverão ser apresentadas no prazo de cinco dias úteis contados a partir da data da intimação.

14.3 - É assegurado aos interessados obter vista dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.4 - Na contagem dos prazos estabelecidos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento.

14.5 - Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito do órgão ou entidade responsável pela licitação.

14.6 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido, que apreciará sua admissibilidade, cabendo a esta reconsiderar sua decisão no prazo de cinco dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão do recurso ser proferida dentro do prazo de cinco dias úteis, contado do seu recebimento, sob pena de apuração de responsabilidade.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RESCISÃO CONTRATUAL**

15.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e no contrato, bem como das demais cominações legais, a Licitante vencedora que (art. 47 da Lei 12.462/2011):

15.1.1 - convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, inclusive nas hipóteses previstas no parágrafo único do art. 40 e no art. 41 desta Lei;

15.1.2 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;

15.1.3 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.4 - não mantiver a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;

15.1.5 - fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;

15.1.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; ou

15.1.7 - der causa à inexecução total ou parcial do contrato.

15.2 - As sanções administrativas, criminais e demais regras previstas no Capítulo IV da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, aplicam-se às licitações e aos contratos regidos por esta Lei (§ 2º do art. 47 da Lei n.º 12.462/2011).

15.3 - A rescisão do Contrato acarretará, sem prejuízo da exigibilidade de débitos anteriores da Contratada, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste instrumento, na suspensão imediata da execução dos serviços, objeto do mesmo.

15.4 - A Contratante reserva-se o direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, os serviços contratados de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços já executados e a aquisição por ajuste entre as partes, de materiais existentes no local da obra e a ela destinadas, e a proceder de outras formas, ressalvadas as responsabilidades legais e contratuais.

15.5 - O presente Contrato poderá ainda ser rescindido por conveniência administrativa da Contratante mediante comunicação escrita, entregue diretamente ou por via postal, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, obedecendo ao disposto nos artigos 79 e 80 da Lei Federal nº 8.666/93, e demais legislações vigentes.

15.6 - No caso de rescisão determinada por ato unilateral da Contratada, ficam asseguradas à Contratante:

15.6.1 - assunção imediata do objeto do Contrato, no estado em que se encontrar, por ato próprio da Contratante;

15.6.2 - retenção de créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Contratante;

15.7 - execução da garantia contratual, para ressarcimento da Contratante e dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PROIBIÇÕES

16.1 - É vedada à Contratada:

16.1.1 - caucionar ou utilizar o presente Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da *Contratante*.

16.1.2 - opor, em qualquer circunstância, direito de retenção sobre a obra.

16.1.3 - interromper unilateralmente os serviços alegando inadimplemento pela Contratante.

16.2 - A Contratante não admitirá quaisquer alterações nas especificações ou projetos, salvo casos especialíssimos, a seu exclusivo critério, suficientemente justificados e fundamentados com a necessária antecedência.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - Fazem parte integrante do Contrato, todos os documentos referidos no Edital, e qualquer de seus anexos, independentemente de transcrição.

17.2 Quaisquer erros, omissões, incorreções, dubiedades ou discordância eventualmente encontradas pela Contratada nos detalhes e especificações no decorrer da execução dos serviços, deverão ser comunicados por escrito a Contratante, a fim de ser corrigido de modo a bem definirem as intenções do Contrato.

17.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento. Se este dia recair em dia sem expediente na *Contratante* o término ocorrerá no primeiro dia útil subsequente de expediente.

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO

18.1 A publicação resumida deste Contrato e seus aditamentos no Diário Oficial da União, será promovida pela *Contratante*, na mesma data ou até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

## 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO

19.1 - As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal de Niterói/RJ, seção Judiciária do Rio de Janeiro, na forma prescrita pelo art. 109, I, da Constituição Federal.

19.2 - E assim, por estarem justos e contratados, assinam este, juntamente com as testemunhas abaixo, a tudo presentes.

---

Documento assinado eletronicamente por **Alisson Melo Monteiro, Usuário Externo**, em 15/09/2020, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Claudio Lucas da Nobrega, REITOR**, em 18/09/2020, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Iporan de Figueiredo Guerrante, Substituto(a) Eventual do(a) Superintendente da SAEP**, em 19/09/2020, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.uff.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.uff.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0245474** e o código CRC **262BC12D**.